

Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária

Farid Eid;
Andréa Eloísa Bueno Pimentel;
Maico Roris Severino;
Caio Luis Chiariello

Como citar: EID, Farid *et al.* Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.43-66. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1.p43-66>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária

Farid EID¹

Andréa Eloísa Bueno PIMENTEL²

Maico Roris SEVERINO³

Caio Luis CHIARIELLO⁴

Introdução

Estudos sobre cadeias produtivas na agricultura brasileira, em geral, estão relacionados a poucas commodities tais como soja, café, açúcar e álcool, laranja e carne bovina. Discute-se cada vez mais a relevância da coordenação desses grandes sistemas agroalimentares e soluções para redução dos custos de transação entre os agentes das cadeias.

¹ Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES).

² Professora substituta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

³ Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil. Pesquisador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

⁴ Mestrando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, bolsista Capes, Brasil. Pesquisador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

Tal estrutura decorre do modelo de crescimento econômico imposto ao país, nos anos de 1960-70, cujo sistema creditício e os demais instrumentos de política agrícola foram direcionados para tais culturas produzidas, predominantemente, por grandes propriedades localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil. Este processo de transferência de recursos públicos, caracterizando e reforçando uma economia de renda (EID, 1994) intensificou a concentração de terras, de renda e de poder nas mãos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Todavia, o maior controle na aplicação dos recursos públicos nos anos de 1980 e 1990 fez com que, por um lado, os empreendimentos agrícolas procurassem novas ferramentas de gestão visando reduzir custos e ganhar competitividade, sinalizando uma passagem gradual de uma economia de renda para uma economia de risco característica da economia capitalista (EID, 1994). Como conseqüência, verifica-se na atualidade intensiva adoção de novas tecnologias e mudanças organizacionais que elevam a produtividade do trabalho, da lavoura e melhoram a qualidade dos produtos.

Ao mesmo tempo, a indústria fornecedora de insumos, exercendo forte papel estratégico dentro dos sistemas agroindustriais, passou a oferecer não apenas fertilizantes, defensivos, sementes, rações, produtos veterinários, dentre outros, mas também um conjunto de atividades de prestação de serviços como crédito, comercialização, gestão de risco, etc. O mesmo passou a ser feito por diversas indústrias agroalimentares. Para estes produtores rurais, tal junção de serviços pode trazer benefícios como ganho tecnológico, redução de custos e aumento da produtividade. Porém, em muitos casos, leva a reprodução das relações históricas de dependência e subordinação do trabalhador.

Dentro desse contexto, tais mudanças foram responsáveis por superávits históricos na balança comercial brasileira, colocando o país como grande exportador de commodities na atualidade. Destarte, a opção de crescimento econômico feito nos anos de 1960 fez acelerar a expulsão de milhares de trabalhadores no campo. Isso ocasionou e ainda acarreta graves conflitos pela posse de terras, com ênfase para os anos de 1990, quando se intensificaram as ações dos movimentos sociais do campo, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Carvalho (2002) analisa que a valorização da vida, a proteção à saúde

e ao meio ambiente, a luta contra o capital monopolista e pela alteração do modelo econômico vigente, devem ser valores utilizados para a construção de comunidades de resistência e superação. Tais valores também podem ser utilizados para distinguir a natureza da oferta dos produtos da pequena agricultura familiar, em comparação aos ofertados pelas propriedades capitalistas, que produzem com custos mais baixos. Como afirma Eid (2002), é imperativo fazer o contraponto com o pensamento liberal que traduz a viabilidade somente do ponto de vista econômico-financeiro, através da relação custo/benefício.

Portanto, inserir-se no mercado parece ser inevitável para a viabilização da produção, escoamento e comercialização advinda da reforma agrária seja ela coletiva ou individual. Todavia, a construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda e passa pela articulação com os movimentos sociais (EID, 2002).

De fato, através da pesquisa teórica e de campo em alguns estados da Região Sul do Brasil verificamos ser possível organizar pequenas cadeias produtivas agropecuárias no interior de assentamentos de reforma agrária nos elos estratégicos da produção de matéria-prima, beneficiamento e industrialização, armazenagem, transporte e comercialização direta destes, sob controle de famílias cooperadas do MST. Este trabalho tem por objetivo analisar a importância e o funcionamento de cadeias produtivas solidárias e a contribuição destas para a gestão democrática dos empreendimentos e melhoria na qualidade de vidas das famílias assentadas.

1. Cooperação no MST

No início do século XXI, o MST atua em vinte e quatro estados brasileiros, organizando cerca de 1,5 milhões de pessoas, com mais de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 100 mil vivendo em acampamentos. Esta organização encontra-se estruturada em setores. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1500 escolas públicas de assentamentos, com cerca de 150 mil crianças e 3500 professores pagos pela rede municipal e estadual. Ainda, aproximadamente 25 mil jovens estão sendo alfabetizados e várias universidades brasileiras formaram parcerias para contribuir na formação de professores, engenheiros, advogados e administradores, entre outras

profissões, visando à melhoria na formação e qualificação dos assentados. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via e-mail para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. O Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos cinco continentes (MORISSAWA, 2001, EID; PIMENTEL, 2000). O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, presente em cerca de 700 municípios brasileiros, conta com aproximadamente 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), duas cooperativas regionais de comercialização, duas cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. Este setor conta com centenas de técnicos, recebe apoio do Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais (PAES) vinculado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), desenvolve parcerias com diversas universidades de todas as regiões do país e atua na perspectiva do desenvolvimento e implantação de uma nova matriz tecnológica com valores agroecológicos e sustentáveis.

Essas experiências poderiam ser vistas como embriões de novas formas de produção, organização do trabalho e mercado, revigorados por setores populares utilizando-se de tecnologias produtivas e organizacionais que sejam instrumentos de emancipação?

No meio rural, é comum o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais (VAZZOLER, 2004). A cooperação autogestionária, através da utilização conjunta dos meios de produção e o compartilhamento do processo decisório, tem sido a forma associativa melhor utilizada pelo MST na luta pela terra e viabilização da vida no campo.

De acordo com Eid e Pimentel (2000), o cooperativismo, para os assentados do MST, é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana, apoiado no desenvolvimento organizacional que fomente o trabalho coletivo, voluntário e remunerado. Há compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais, definindo estratégias de crescimento econômico que não tenham como referência principal a aferição de sobras líquidas, mas sim o desenvolvimento do ser humano. Esses empreendimentos econômicos ou empresas sociais como são chamadas na CONCRAB, têm gerado trabalho, renda e impostos que beneficiam indiretamente cerca de 700 municípios do interior do Brasil (VILLELA; WILKINSON, 2002).

No entanto, atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada via *atravessador*, o que reduz os ganhos da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos *in natura* com baixo valor agregado percebido. Essa exploração, que transfere “para fora da porteira” uma parte da riqueza que poderia ser mantida dentro dos assentamentos e em seu benefício, pode ser amenizada com a utilização de ferramentas de gestão adaptadas à realidade destes empreendimentos (BETANHO; EID, 2007).

2. Instrumentos de gestão

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é fundamental um prévio estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma cooperativa, por exemplo, de produção.

Uma análise de mercado pode indicar tipos de produtos que apresentam maior demanda, o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente as obras e a infra-estrutura, o arranjo físico, a projeção do fluxo dos processos produtivos, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e as qualificações

necessárias. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza os postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, enfim, adequando as dimensões da planta produtiva a cada realidade, sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade, daí a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se importante que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido a baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (CHRISTOFFOLI, 1998).

Face a isso, a CONCRAB criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados.

Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), formadores de quadros para organização de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (CONCRAB, 1996)

O MST considera que a evolução de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) se dá através de três etapas, não necessariamente seqüenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

Para esta organização, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de

matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, através de relações de inter-cooperação, mostra que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvido, a inter-cooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, através do uso da marca registrada *Produtos da Terra*, ou pela via de preços menores, parece ser alternativa interessante. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), desenvolveu sementes agroecológicas BIONATUR, onde não foram usados agrotóxicos nem qualquer substância agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós-colheita ou em seu enlatamento.

Observa-se uma preocupação crescente no desenvolvimento da agroecologia, advinda da chamada revolução verde, enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional que utiliza agrotóxico ou a transgenia. Estudo desenvolvido por Cadore (1999), analisa a viabilidade da produção de arroz agroecológico pela cooperativa COOPAN, no estado do Rio Grande do Sul.

Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, aferindo renda mesmo em períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita, quanto tendem a reduzir a mão-de-obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio. Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzida gradativamente no processo produtivo e administrativo (CHRISTOFFOLI, 1998), ao mesmo tempo em que se percebe pelos depoimentos de dirigentes do MST, da CONCRAB e de diversas cooperativas, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem deformação dos princípios de solidariedade, questionando riscos de reprodução da organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas é necessário se ter a adesão de todos os que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é encontrar mecanismos de poder e de decisão equilibrados e que atendam às exigências essenciais da

democracia e da eficácia organizacional (CHRISTOFFOLI, 1998; EID; PIMENTEL, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da CONCRAB entendem que a formação e a capacitação devem ser continuamente desenvolvidas entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos: dirigentes, coordenadores e base (GONÇALVES, 1999, p. 97).

È possível encontrar diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, deixa-se de advertir àqueles que atuam com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também se deixa de reconhecer e estimular os que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli (1998) conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base.

Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhes caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional. Com relação à jornada diária de trabalho, estabelece-se um horário de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de 8 horas. A jornada varia conforme as demandas das atividades da cooperativa.

Como as cooperativas de produção trabalham principalmente com atividades agropecuárias, ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho. Deve-se organizar o trabalho de modo a promover a melhor utilização possível dos associados. A distribuição das sobras, em geral, se dá por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos não seja possível, por um período de tempo, gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados a se desligarem das cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999). Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equipamentos, ferramentas, animais e instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, através da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (EID; SCOPINHO; PIMENTEL, 1998).

3. Economia Solidária: para além da reprodução simples

O fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica a capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das atividades coletivas nos grupos informais, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, entre outras. Tendo como elemento central o trabalho, a Economia Solidária (SINGER, 1999) pretende transformar-se em uma Economia do Trabalho. Para isso, é essencial que a racionalidade técnica sempre esteja a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação. A manutenção dos postos de trabalho e melhoria das condições de trabalho, *a priori*, tem prioridade sobre a acumulação, que deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores. De fato, a formação efetiva dos associados e o desenvolvimento sustentável do empreendimento só são possíveis a partir de uma metodologia de formação específica para essas iniciativas econômicas (EID, 2005).

Experiências econômicas solidárias e autogestionárias, ao longo da história do capitalismo sempre existiram, através dos movimentos sociais dos trabalhadores, organizados ou espontâneos, com caráter de resistência aos modelos de concentração da terra, renda e poder. Todavia, estas experiências têm sido marcadas pelo isolamento, existência efêmera e servem, notadamente, como espaços de uma sociabilidade com pouca repercussão para a gestação de uma Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2001) que pretenda se tornar uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista (GAIGER, 2004).

Se desde os primeiros anos de atividade econômica pretende-se assegurar condições mínimas à (re) conquista da dignidade e da subsistência, supõe-se que no decorrer dos anos, com o processo de maturação dos investimentos e da coesão social, os impactos sejam maiores na qualidade de vida das famílias associadas e em seu entorno econômico, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das localidades urbanas e rurais. Isto significa ultrapassar a noção restrita de economia popular orientada, em sua grande maioria, para a reprodução simples, através da satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantindo para as famílias associadas apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida.

No campo restrito da economia popular se vêem limitadas a um circuito onde pessoas pobres produzem e vendem ou prestam serviços para outras pessoas pobres. Demonstram, via de regra, pouca ou nenhuma capacidade de articulação externa, em termos de construção de redes com empreendimentos solidários ou na obtenção de apoio, parcerias e reconhecimento junto às instituições públicas.

Pode-se concluir que estas experiências estariam restritas a uma dimensão comunitária com reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais. Por outro lado, a Economia Solidária surge e se desenvolve articulando-se com uma economia popular e solidária, entretanto isso não significa que deva ser interpretada como uma economia dos pobres. Sua trajetória e perspectiva histórica parece ser a de buscar superar as suas dificuldades iniciais e estar orientada para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, o que significa reconhecer que tais iniciativas reivindicam também por direitos, ou seja, ampliam o campo de atuação, com ações sobre um espaço público (GENAUTO; LAVILLE, 2004).

Nessa linha de raciocínio, pretende-se que a Economia Solidária se transforme em um núcleo efetivo de geração de trabalho, renda e consumo, segurança alimentar e bem-estar, mas também potencializar sua vertente econômica e produtiva. Para isso, depende fundamentalmente do impulso continuado àquelas iniciativas e da qualificação dos seus sujeitos e demais agentes envolvidos. Essa dupla linha de ação pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar pessoas e expectativas, criar condições para sustentabilidade dos empreendimentos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e da autêntica responsabilidade social e solidária com a população e o ambiente.

4. Cadeias produtivas solidárias ou tradicionais?

Os empreendimentos solidários para sobreviverem se vêem obrigados a lidarem com o mercado, compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcados historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade dos bens trocados. Interpretam que não são as pessoas que são trocadas e sim os bens, conforme interesses de cada uma das partes. Se o

mercado pode também ser um ambiente propício à Economia Solidária, este deve ser modelado, perdendo suas feições predominantes atualmente. Pode-se partir do pressuposto de que nos procedimentos de trocas as relações podem ter uma soma positiva, que as partes podem ganhar. Não se trata de tirar de um para dar para outro, mas estabelecer-se um sistema de relações econômicas e sociais que permitam ganhos mútuos. Pode-se encontrar em empreendimentos solidários elementos internos de uma outra lógica que os torna objetivamente propensos a praticarem um outro tipo de relação de troca (METELLO, 2007).

Cabe aqui uma questão: como passar de uma economia popular onde há empreendimentos solidários relativamente isolados, praticando solidarismo nas suas relações internas, para um solidarismo horizontal, onde se possa criar e desenvolver um conjunto de práticas que inter-relacionam essas iniciativas? Ir além da economia popular pressupõe pensar que o desenvolvimento sustentado das comunidades rurais e urbanas pode significar inicialmente buscar planejar a integração de cada cadeia produtiva solidária (MANCE, 2003), estratégica para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário. Para isso, é estratégico que ocorra um processo de mobilização dos recursos, das potencialidades e dos agentes do desenvolvimento, criando oportunidades de trabalho e renda, com melhoria nas condições e relações de trabalho da população local.

Ao pesquisar redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense, Mior (2005) aponta que as localidades estão ativamente envolvidas em sua própria transformação, sendo uma somatória de energias resultantes da aglomeração individual como centros de consciência coletiva e não meramente espaços passivos e residuais. Para o autor, o desenvolvimento local faz referência a dois tipos de abordagem: a) exógena: as instituições locais seriam meras executoras de ações e projetos de desenvolvimento formulados por atores externos. Nesse contexto, a agricultura familiar se ajustaria às cadeias produtivas tradicionais atendendo à produção de commodities segundo padrões de consumo externos; b) endógena: as instituições locais/regionais seriam centros de conhecimento e experiência, motivando a ação das atividades com autonomia quanto ao direcionamento de sua produção, não somente orientada pelo mercado. A agricultura familiar, no contexto da reforma agrária, seria indutora do desenvolvimento rural.

A dualidade entre as abordagens exógena e endógena define a relação entre as dimensões econômica e social, levando em conta as relações de poder, de onde se constata que o modelo de desenvolvimento endógeno pode equilibrar forças externas e locais para configuração de uma estrutura econômica e social com diferentes chances de sustentabilidade.

Para Ávila (apud PIMENTEL, 2004), há três termos diferenciados na abordagem local: a) desenvolvimento no local: os atores desenvolvem-se fisicamente num local enquanto houver aferição de lucro. Com a redução dos lucros, ocorre a translação para outra localidade. b) desenvolvimento para o local: projetos de curta duração que trazem benefícios para as comunidades locais, mas seus efeitos não permanecem; c) desenvolvimento local: possibilita a aglutinação da comunidade para desenvolver iniciativas solidárias, alterando as dinâmicas de sensibilização, mobilização e planejamento de ações conjuntas no âmbito local. O debate acerca do desenvolvimento local, orientado segundo a lógica exógena ou endógena, é trazido para a realidade dos empreendimentos solidários, pois ao optarem por desenvolver atividades visando o mercado local e a intercooperação, passam a ter maior autonomia sobre a administração da produção, direcionando seus esforços para a construção de mercados que aparentemente se formam à margem do mercado global e das cadeias produtivas com grande concentração de poder. Portanto, buscam atender a demandas específicas, locais, produzindo artigos diferenciados e customizados, de acordo com as singularidades regionais e culturais. As redes formadas por essas iniciativas se dão horizontalmente, com suas atividades imersas em economias locais. Passa então a ocorrer uma interação na qual nenhum agente tem o controle total do funcionamento das redes, que por sua vez são voltadas para economias de escopo com alta intensidade de trabalho (MIOR, 2005).

Na análise de Mance (2003, p. 26-27), pode estar em processo de formação sistemas de Redes de Economia Solidária que integram organizações solidárias de crédito, produção, consumo, comércio e serviços que passam a analisar as melhores estratégias de expansão, chegando algumas a sinalizar sobre a necessidade da remontagem de cadeias produtivas. “A idéia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam

sob a lógica da economia solidária.” (MANCE, 2003, p. 26-27). O objetivo é alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

E, se a estratégia adotada em uma determinada localidade fosse priorizar, desde o início, o mercado externo convencional, significaria, na grande maioria das situações concretas, integrar os empreendimentos solidários em cadeias produtivas tradicionais controladas por grupos econômicos oligopolistas, geralmente transnacionais. Ao coordenarem estas cadeias, determinam o ritmo da acumulação de capital, subordinam os empreendimentos solidários ao seu controle, e a dinâmica do processo e o controle social passa a ser dado pelas primeiras. Seria pensar na reprodução dos processos históricos de integração entre produtores, muito comum nas relações camponato e empresário rural e agro-industrial (GAIGER, 2005).

5. Análise sobre a experiência da COPAVI (Paraná, Brasil)

5.1 Histórico

O assentamento Santa Maria com aproximadamente 250 ha está localizado a 500 metros de distância da cidade de Paranacity, distante 403 Km da capital Curitiba e 80 Km de Maringá, no noroeste do estado do Paraná. A vegetação na área de preservação ambiental é de floresta tropical perenifólia, apresentando as seguintes espécies: peroba, pau d’alho, canela, guajuvira, figueira branca, entre outras (MOURA, 2005).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu a emissão de posse para vinte e cinco famílias ligadas ao MST para serem assentadas. Considerando que cinco desistiram foi reivindicado ao INCRA, e concedida, a redução da capacidade do assentamento para vinte famílias.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA (COPAVI), fundada em 10 de julho de 1993, é vinculada à CONCRAB por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e segue as orientações do MST nas suas linhas políticas, princípios e símbolos definidos em nível nacional, estadual e regional.

Em seus aspectos infra-estruturais, os assentados transformaram a área, que em 1993 era praticamente coberta com cultura de cana-de-açúcar,

em um lugar de moradia, lazer e geração de trabalho e renda. As moradias foram construídas em forma de agrovila, havendo em todas as casas energia elétrica e água encanada. Em 2005, devido a uma linha de financiamento conseguida pela cooperativa, apenas duas casas eram de madeira e as dezenove demais eram de alvenaria.

Em 2003, a COPAVI era constituída por vinte e uma famílias, sendo trinta e sete cooperados, que trabalham em conjunto com mais sete adolescentes, perfazendo um total de quarenta e quatro trabalhadores. E ainda dezessete crianças menores de quatorze anos que não trabalham, dedicando-se integralmente aos estudos. Já em 2005, a cooperativa era constituída pelas mesmas vinte e uma famílias e os mesmos trinta e sete cooperados, porém com apenas cinco adolescentes. Neste período, pela necessidade de força de trabalho para a realização das atividades produtivas foram contratados seis trabalhadores, perfazendo um total de quarenta e oito trabalhadores. E ainda um número de dezoito crianças. (SEVERINO, 2006).

Como estratégia de otimizar o tempo do intervalo para o almoço, de permitir maior socialização entre os trabalhadores e ter um local para a realização das assembléias e festividades, a cooperativa possui um refeitório comunitário onde são servidos de segunda a sexta uma média de 110 refeições. Quanto às benfeitorias instaladas na cooperativa pode-se destacar, além das casas e do refeitório, a existência de dois escritórios, um parque de diversão, barracão para estocagem de insumos, produtos acabados, máquinas e equipamentos, secador solar, usina-engenho, curral, chiqueiro, granja, laticínio, viveiro de hortaliças, viveiro de mudas de plantas nativas da região para reflorestamento e abatedouro.

Destaca-se que teoricamente o número de associados potenciais - adolescentes e crianças do assentamento - deveria aumentar ao longo do tempo devido ao envelhecimento das pessoas e ao aumento da natalidade. Todavia, observa-se preocupação contínua com a formação expressa quando, em 2003, seis adolescentes, ao concluírem o ensino médio, foram liberados temporariamente da cooperativa para realizarem seus estudos do ensino superior ou técnico em outras cidades. Ressalta-se que apenas um desses jovens estudantes realiza o curso de ensino superior normal, os demais participam de convênios entre universidades com o MST, através dos cursos do TAC e de cursos de graduação especial - pedagogia, agronomia e outros. A educação é uma constante preocupação neste

assentamento: as crianças até quatorze anos dedicam-se integralmente aos estudos, os adolescentes de quinze a vinte e um anos trabalham apenas meio período, os jovens são licenciados para realização de cursos técnicos ou de nível superior e todos os adultos que não haviam concluído o ensino médio, realizaram e concluíram o supletivo.

A renda das famílias da COPAVI é distribuída através do cálculo da somatória das horas trabalhadas dos membros de cada família, multiplicada pelo valor da hora média dos cooperados, definida em assembléia. Uma família - casal com dois adolescentes - conseguia em 2005 obter em média uma renda monetária de seiscentos reais (R\$ 600,00) mensais, trabalhando aproximadamente vinte e seis dias no mês. Aparentemente esta renda é baixa comparando-se ao salário médio pago para trabalhadores no Brasil. No entanto a maior renda conquistada pelo trabalhador na cooperativa é a renda não-monetária oriunda do consumo coletivo e assumido pela cooperativa, de energia elétrica, água, transporte e café da manhã, tratada como encargo da COPAVI. O almoço é realizado no restaurante comunitário, onde as refeições são pesadas e os valores são descontados da renda familiar, e o acesso aos produtos da cooperativa, tais como queijo, leite, carne, ovos, verduras, melado, açúcar, frutas é gratuito. Desta forma, verifica-se que importantes itens do consumo básico de cada família são custeados pela cooperativa, sendo a renda monetária destinada para melhoramentos nas infra-estruturas de moradia, saúde e gastos individuais dos membros.

Quanto aos objetivos da COPAVI, encontram-se expressos no Regimento Interno: a) Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização; b) Liberar mão-de-obra para contribuir no MST e seus setores de organização; c) Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social; d) Dar exemplo através dos resultados econômicos e sociais de que 'a reforma agrária dá certo'; e) Buscar a especialização da mão-de-obra; f) Garantir a participação nas decisões, execução e controle e divisão das sobras através da gestão democrática. Desta forma, espera-se que a COPAVI, enquanto CPA, atinja a eficiência econômica e seja um instrumento de luta política. Para alcançar estes fins, a cooperativa é organizada com base nas exigências da legislação de cooperativas vigente no país e das normas apontadas no planejamento anual. Esses dois elementos definem a estrutura organizacional da COPAVI, que em 2003 era a seguinte: Assembléia Geral; Diretoria;

Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. O último é formado pelos Coordenadores dos Setores e Coordenadores dos Núcleos de Famílias, e responsável por encaminhar e decidir sobre as atividades a serem realizadas.

Os sócios trabalhadores da cooperativa, em 2003, estavam divididos nos seguintes setores: horticultura e reflorestamento; canavieiro; pecuária leiteira; bananicultura; pecuária de corte (avicultura, suinocultura e piscicultura) e apoio (administrativo, comunicação, comercialização e *serviços*). Destes setores estima-se que 15% da produção era destinada para o autoconsumo, 65% destinada para os consumidores locais (Paranacity/PR) e 20% para os demais mercados. Esta diferença de percentual é justificada em razão do preço baixo dos produtos, pelos principais produtos serem altamente perecíveis e pela ineficiência dos canais de distribuição nos demais mercados. Os itens produzidos pela cooperativa em 2003 eram: açúcar mascavo, rapadura, melado, leite pasteurizado, queijo, iogurte, doce de leite, banana-passa, hortaliças, madeira e pão. Em seu histórico de comercialização é comum, além dos produtos da COPAVI, fazerem a venda de outros produtos de assentamentos do MST.

5.2. Sobre a cadeia produtiva do leite na COPAVI

Nesta cooperativa o setor de pecuária leiteira é considerado fundamental para sustentação da COPAVI. As atividades relacionadas a este setor iniciaram-se no período de acampamento em 1992. À época havia dois animais para fornecimento de leite para a nutrição das crianças. No período entre 1993 e 1995 a pecuária leiteira era vista como uma atividade de subsistência, apenas com a comercialização de alguns animais por membros da cooperativa e de modo individual. Vislumbrando a pecuária leiteira como uma atividade produtiva rentável em 1995, via decisão votada em assembléia, houve o investimento na infra-estrutura de um laticínio e na compra de algumas cabeças de gado. Para o desenvolvimento deste setor, no período de 1995 a 2003, foi destinado cerca de 120 ha da área total. Para o manejo bovino utilizava-se do método semi-extensivo, no qual os animais permanecem no pasto durante a maior parte do dia. Considerando as características não favoráveis do solo e clima, havia dificuldades para a alimentação bovina, quando os animais eram confinados três vezes ao dia no verão, e ainda, durante o período de seca, sua criação se dava no sistema

intensivo de confinamento total. Para a alimentação no sistema intensivo utilizava-se uma ração preparada com milho e farelo de soja e eventualmente utilizava-se silagem de sorgo, com produção anual de 600 toneladas do produto ensilado. A reprodução era feita através de inseminação artificial pelos próprios cooperados e a cooperativa contava com acompanhamento veterinário mensal. O manejo desses animais era realizado por cinco trabalhadores. O rebanho da cooperativa era composto de sessenta e nove cabeças de gado leiteiro, sendo quarenta e oito ordenhadas, cinco bezerros, sete animais de 5 a 6 meses e nove recém-nascidos. As cabeças de gado, desde a implementação do laticínio, são ordenhadas por sistema mecânico (6 ordenhadeiras e 3 medidores) possibilitando uma produção média de 700 litros diários de leite, destinados para o laticínio da cooperativa.

A partir de 2002, iniciou-se a discussão sobre a implementação do método de Pastoreio Racional Voisin (PRV). Esta discussão surgiu a partir da necessidade de diminuir o alto custo da alimentação por silagem, além da necessidade de diminuir mão-de-obra utilizada na atividade e principalmente para tornar a produção pecuária orgânica.

A princípio, a adoção do PRV permite alcançar, entre outras, as seguintes vantagens, em comparação ao tradicional sistema de pastoreio contínuo: a) aumento da produtividade da pastagem; b) melhoria da qualidade das pastagens, sem necessidade de reformas; c) maior facilidade de manejo; d) economia em suplementos e medicamentos; e) facilidades para produção da carne ecológica e leite ecológico; e) mais gado e maior rentabilidade por unidade de área. O método PRV constitui-se numa tecnologia de processo que atende às exigências para o crescimento e desenvolvimento das pastagens e suprimento das necessidades dos animais em pastoreio. Através dos tempos de repouso concedidos aos piquetes, proporcionam-se às plantas todas as condições para que possam crescer sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte.

Na COPAVI, os animais, duas vezes ao dia, todos os dias, saem de uma parcela semi-pastoreada, de odor desagradável, na qual depositaram seus excrementos, e seguem para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. Esse manejo diário é o mais poderoso indutor de consumo de pasto verde nos sistemas rotativos de utilização de pastagens, além de todos os benefícios ecológicos. Em cada piquete há uma ampla disponibilidade de água, sal e

sombra com bebedouros e árvores entre piquetes, para que o pasto seja colhido diretamente pelo animal. Criadas as condições para tal, o próprio bovino colhe a sua comida e distribui de forma uniforme seus excrementos sobre o solo, fertilizando-o sem o uso de adubos solúveis formulados e poupando uso de trabalho. Para o manejo do PRV em 2005 eram utilizados seis trabalhadores e um adolescente. A intensa incidência de luz solar na região da COPAVI permite o acelerado crescimento dos vegetais através da fotossíntese, possibilitando a manutenção permanente dos animais em regime de pastoreio. Para este manejo, houve a necessidade de uma nova divisão da área por meio de piquetes divididos por cerca elétrica.

Outro quesito importante do PRV é o constante acompanhamento do desenvolvimento do gado e da pastagem por veterinário e agrônomo. No mesmo período da transição do manejo, a COPAVI cedeu um espaço para a Secretaria Estadual de Agricultura do Paraná, com a instalação de um escritório regional, possibilitando assistência diária de agrônomos e veterinários. A partir disto, houve todo o mapeamento e planejamento de ocupação dos piquetes, e também o fichamento de todas as cabeças de gado com registro de inseminação, cria e produtividade de leite. Para esta mudança de prática de manejo houve a necessidade da substituição dos animais da raça holandesa por animais de porte mais rústico para sobrevivência e produtividade nas novas condições. Desta forma, teve início o processo de inseminação com sêmen de animais da raça girolanda em animais da raça holandesa para a adequação da raça ao manejo.

Em 2005 a COPAVI contava com um plantel de 145 cabeças de gado, sendo aproximadamente 13 bezerros, 20 descartes, 60 repasses e 48 cabeças leiteiras. E, por estar em fase de transição do manejo semi-extensivo para o Voisin, verificou-se que no ano de 2005 ocorria uma diminuição da produtividade, mas por outro lado houve diminuição de custo e aumento da qualidade. Estima-se que haverá nos próximos anos maior produtividade deste método quando houver toda a mudança da raça dos animais e estes estiverem adaptados às condições do manejo PRV.

Além das atividades de manejo do gado, neste setor há atividades relacionadas ao laticínio, onde a COPAVI conta desde 1995 com uma infraestrutura de caixa d'água, depósito, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, utilizados na produção de leite pasteurizado, iogurte, doce de

leite e queijo. As atividades do laticínio são realizadas por dois trabalhadores fixos e um adolescente. A principal produção do laticínio é de leite pasteurizado, com aproximadamente 500 litros diários, com validade para três dias. A cooperativa desenvolve com os estabelecimentos comerciais um sistema de devolução das unidades de litro de leite não comercializadas até o prazo de validade. Estes litros devolvidos, adicionados a uma parcela da produção diária, são utilizados para a produção de iogurte, doce de leite ou queijo. Em 2005 havia produção média de 100 litros de iogurte por dia, enquanto que semanalmente eram produzidos 65 kg de doce de leite, comercializados em embalagens plásticas de 480 gramas. O excedente do leite é utilizado na produção de queijo para consumo dos cooperados.

Os principais consumidores do leite da COPAVI são as creches e escolas dos municípios próximos ao assentamento, os estabelecimentos comerciais locais e principalmente os consumidores de venda direta cadastrados na cooperativa. Para o setor do laticínio, buscava-se uma estratégia focada na tecnologia de processamento, gestão, garantia e controle de qualidade. Com isto, busca-se o certificado de inspeção sanitária estadual ou federal para o leite pasteurizado, a certificação para o iogurte e doce de leite, e ainda como estratégia de diferenciação a efetivação da implementação do PRV para certificação do leite orgânico.

Do mesmo modo que no setor de horticultura, no setor de pecuária leiteira houve redução do número de postos de trabalho, o que possibilitou a transferência de capacidade de trabalho para o setor canavieiro, demandante de maior quantidade de trabalho. Desta forma, verifica-se uma menor dependência do processo de produção em relação ao trabalho intensivo, pois o manejo da terra diminuiu, permanecendo principalmente as atividades de pastoreio e ordenha, e menos do preparo de silagem. Nas atividades de processamento de leite observa-se atividades padronizadas e repetitivas em função do processo produtivo de pasteurização e embalagem. Assim, quem determina a quantidade de produção de leite pasteurizado em saquinhos é o mercado, enquanto que para os outros produtos quem determina são os trabalhadores. Em relação às atividades de pecuária e rodízio de gado nos piquetes, estes são planejados a partir de uma análise do uso do solo, porém flexíveis à observação direta dos membros que atuam no setor. Ressalta-se que as atividades de pecuária são realizadas por trabalho em grupo, enquanto o processamento do leite é feito por

trabalhadores especializados e capacitados, havendo pouco rodízio nesta atividade de trabalho.

Conclusão

A lógica da autêntica economia solidária, anticapitalista, se encontra em processo de gestação e é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. A chamada globalização e seus impactos sobre o setor agrário são interpretados como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior pelas firmas transnacionais sobre a cadeia produtiva. Porém, longe de conduzir à homogeneidade, a globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global nova ou resistir às pressões globais (MCMICHAEL apud LEVI, 2000, p. 2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neoliberal. Isso implica ir além da concepção convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (LEVI, 2000, p. 13).

E se contrapondo ao pensamento único neoliberal, observamos na atualidade um crescimento do debate acadêmico e político, onde se coloca em discussão uma globalização alternativa (CORAGGIO, 2001).

Nessa linha de raciocínio, a participação na elaboração, implementação e gestão das ações de desenvolvimento local não se restringe apenas às instâncias governamentais ou aos seus órgãos, circunda, também, atores da sociedade civil e política circunscritos ao território (SANTOS, 2000). Para que as potencialidades de uma comunidade possam alavancar o desenvolvimento coletivo, os atores devem estar unidos na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição (SINGER, 2004). Neste sentido, o desenvolvimento da cooperação, da democracia, do controle social e da autonomia é fundamental e deve estar, sempre que possível, presente em todos os elos de uma cadeia produtiva solidária.

Concluimos que podemos estar diante de experiências, notadamente no campo da produção coletiva rural e urbana, que podem ser vistas como embriões de novas formas de produção, organização do trabalho, e mercado revigorados por setores populares utilizando-se de técnicas produtivas e organizacionais que contribuam com a construção da emancipação.

Referências

- BETANHO, C.; EID, F. Marketing para produtos da Reforma Agrária? O Arroz Agroecológico de Lagoa do Junco (RS). *Anais do XIV SIMPEP*. Bauru, São Paulo, 2007.
- CADORE, E. A. A matriz tecnológica nos assentamentos do MST. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999.
- CARVALHO, C. *Comunidade de resistência e superação*. São Paulo: Perez, 2002.
- CHRISTOFFOLI, P. I. *Eficiência econômica e gestão democrática nas Cooperativas de Produção Coletiva do MST*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização Superior em Cooperativismo). UNISINOS, São Leopoldo, 1998.
- CONCRAB. Cooperativas de Produção - Questões Práticas. *Caderno de Formação*. São Paulo, v. 2., n. 21, abr. 1996.
- CORAGGIO, J. L. Problematizando la economía solidaria y la globalizacion alternativa. In: Encuentro Internacional sobre la Globalization de la Solidariedad, 2, 2001. Québec. *Anais..* Québec, 2001.
- EID, F., *Economie de rente et agroindustrie du Sucre et de l'Alcool au Brésil*. Tese de Doutorado. 1994. Université de Picardie: França, 1994.
- EID, F.; SCOPINHO, R. A.; PIMENTEL, A. E. B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998. *Anais...* Poços de Caldas, 1998. p. 767-778
- EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. In: World Congress of Rural Sociology, 10, 2000. *Anais...* São Paulo, 2000.
- EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: TIRIBA L.; PICANÇO, I. (orgs.) *Arquitetos e Abelhas*. Niterói: Idéia e Letras, 2005.

GAIGER, L. I. G. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER L. I. G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Leituras Cotidianas*. Porto Alegre, n. 127, jan., 2005.

GENAUTO, C. de França ; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONÇALVES, B. V. *A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

GUMIEIRO, A. *Uma análise das desistências das famílias associadas na cooperativa de produção agropecuária Vitória Ltda - COPAVI (Paranacity/PR)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). 1999. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

KUNZ, M. F. B. *Inter-cooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Parana*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

LEVI, Y. Globalization and the 'cooperative difference'. In: World Congress of Rural Sociology, 10, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000.

MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

METELLO, D. G. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico*. 2007. Dissertação (Mestrado. em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, I. F. *Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR)*. Dissertação de Mestrado. 2005. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PIMENTEL, A. E. B. *Assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVERINO, M. R. *Processo de trabalho e organização do trabalho em uma cooperativa de reforma agrária do MST: análise comparativa entre empresas capitalistas e empreendimentos de economia solidária*. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SINGER, P. I. *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Texto para discussão. Brasília: SENAES, 2004.

VAZZOLER, M. R. *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. 301f. 2004. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. VILLELA, M. U.; WILKINSON, J. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq: Brasília: Paralelo, 2002.